

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS ATRIBUIÇÕES NOTARIAIS (Distritos/Municípios não sede de Comarca)

Comarca:

Entrância:

Juiz(a) Diretor(a) do Foro:

Município/Distrito:

Serventia:

Titular/Responsável:

Substituto:

Data da correição: _____

Horário da correição: _____

Auxiliar(es) da fiscalização (informar nome e matrícula):

O Titular/Responsável visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, a Direção do Foro deverá verificar com a Coordenação de Registro Funcionais e de Sistemas dos Serviços Notariais e de Registro-COREF a regularização da situação cadastral da serventia. Observação: _____

O Substituto visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, o(a) responsável pela serventia deverá regularizar o cadastro junto à Coordenação de Registros Funcionais e de Sistemas dos Serviços Notariais e de Registro - COREF, nos termos do art. 22 do Provimento Conjunto nº 93/2020, comprovando a regularização à Direção do Foro. Observação: _____

Situação da Serventia) Esta serventia encontra-se regularmente provida por Titular?

A) Sim. A serventia está provida.

B) Não. A serventia está vaga.

ATENÇÃO: No caso de serventia vaga, conferir se ela consta da Lista Geral de Vacância publicada pelos Avisos nº 29/CGJ/2024 e 30/CGJ/2024 e pelo Aviso a ser publicado em janeiro/fevereiro de 2025. Caso a vacância não conste da Lista Geral, comunicar, imediatamente, à Corregedoria-Geral de Justiça por meio do Sistema Eletrônico de Informação-SEI, nos termos do artigo 33, § 3º, do Provimento Conjunto nº 93/2020 e Portaria Conjunta nº 1.449/PR/2023.

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

1) A serventia possui o Livro "Visitas e Correições", consoante determinação contida no Provimento nº 149/CNJ/2023 c/c artigos 92, inciso I, e 94 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

2) O(a) Tabelião(ã) ou Oficial acessa diariamente o sistema PJe, perfil Procuradoria, para o recebimento das comunicações, o Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, bem como utiliza o canal "Fale com o TJMG", considerados como meios de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre esses e os órgãos do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, conforme o disposto nos arts. 147 a 149-A do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

3) A serventia está localizada em local adequado e de fácil acesso ao público, que ofereça segurança para o arquivamento dos livros e documentos, consoante o disposto nos arts. 4º e 75 do Provimento Conjunto nº 93/2020, e os livros, fichas, papéis e documentos são mantidos em ordem e em bom estado de conservação, em local adequado e seguro?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

4) O(a) Tabelião(ã) ou Oficial procede à nomeação ou destituição de substitutos e escreventes por meio de Portaria Interna, nos termos do art. 22 do Provimento Conjunto nº 93/2020 e encaminha cópia do respectivo ato e das informações sobre a contratação e dispensa de auxiliares à Corregedoria-Geral de Justiça até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, a teor do referido artigo?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

5) São observados fielmente os dias e o funcionamento das 9 (nove) às 12 (doze) horas e das 13 (treze) às 17 (dezesete) horas, e são fixados, em local bem visível, na parte externa da serventia, placa, cartaz ou aviso indicando o horário de atendimento ao público, consoante o disposto no art. 66 do Provimento Conjunto nº 93/2020? Em caso de funcionamento em horário diverso ao mencionado, e não sendo observado o mínimo de 7 horas diárias, há autorização do Diretor do Foro, por meio de Portaria?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

6) As tabelas de emolumentos, com os valores vigentes no ano corrente, são afixadas em local visível, de fácil leitura e acesso ao público, conforme § 3º do art. 6º da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

7) A Taxa de Fiscalização Judiciária é recolhida no prazo estabelecido no artigo 2º da Portaria-Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG (para responder a esta questão é necessário gerar relatório, cuja forma de acesso encontra-se no Manual do Sisnor - Direção do Foro, disponível no Sisnor Web).

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

8) A transmissão dos dados relativos aos selos utilizados e aos respectivos atos notariais e de registro praticados é feita diariamente, até, no máximo, as 12 (doze) horas do dia seguinte ao da utilização do selo, conforme disposto no art. 11 da Portaria Conjunta nº 09/2012/TJMG/CGJ/SEF-MG? (para responder a esta questão é necessário gerar relatório, cuja forma de acesso encontra-se no Manual do Sisnor - Direção do Foro, disponível no Sisnor Web)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

9) A teor do art. 137 do Provimento Conjunto nº 93/2020, a serventia emite e arquiva recibo circunstanciado, em meio físico ou eletrônico, constando o valor dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária, do RECOMPE, de eventual ISSQN, de eventuais despesas providas pelo usuário, do total final devido pelo usuário, bem como a quantidade de atos praticados e os respectivos códigos fiscais? Os referidos valores, a quantidade e o número dos códigos dos atos praticados, assim como o número do selo de fiscalização eletrônico de consulta e o respectivo código de segurança são cotados à margem do ato praticado e/ou do documento a ser entregue ao interessado, consoante o disposto no art. 8º da Lei estadual nº 15.424/2004 c/ c arts. 12 e 13 da Portaria-Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG c/c art. 137 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

10) São recolhidos os valores relativos à compensação destinada aos Registradores Civis das Pessoas Naturais - RECOMPE pela prática dos atos sujeitos à gratuidade estipulada em lei, conforme art. 31 e seguintes da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

11) A serventia cumpre as exigências estabelecidas no Provimento CNJ nº 74/2018, de acordo com a classe a que a serventia pertence? (obs.: solicitar declaração escrita na qual a serventia deve declarar se cumpre ou não cada um dos requisitos do Provimento CNJ nº 74/2018, bem como solicitar o preenchimento do relatório, disponibilizado pelo CNJ - Justiça Aberta, de acordo com a classe da serventia, sobre o cumprimento das exigências estabelecidas no mencionado provimento, com arquivamento pela Direção do Foro)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

12) A escrituração dos livros satisfaz às exigências legais (termos de abertura e de encerramento, numeração e autenticação de folhas, inutilização de espaços em branco, ausência de rasuras, emendas, ressalvas, etc.) e os livros de folhas soltas são encadernados logo após a conclusão de seu uso, vedada a utilização de grampo, parafuso e espiral, conforme o disposto no art. 81 e seguintes e art. 314, §2º, do Provimento Conjunto nº 93/ 2020 ?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

13) São mantidas cópias de segurança em microfilme, ou arquivo em mídia digital formado por imagens extraídas por meio de "scanner", ou fotografia, ou arquivo de dados assinado eletronicamente com certificado digital emitido em consonância com as normas do ICP-Brasil, ou qualquer outro método hábil, que deverá abranger os livros obrigatórios previstos em lei, de acordo com a Recomendação nº 09/2013, com as alterações introduzidas pela Recomendação nº 11/2013, ambas do Conselho Nacional de Justiça?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

14) É encaminhada ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por meio eletrônico, a Declaração de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária - DAP/TFJ, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prática dos atos, consoante o disposto no art. 9º, caput, da Portaria Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG? (para responder a esta questão, é necessário gerar relatório, cuja forma de acesso encontra-se no Manual do Sisnor - Direção do Foro, disponível no Sisnor Web).

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

15) É fiscalizado no âmbito interno da serventia o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que deve praticar, de acordo com disposto no artigo 19, inciso XI, do Provimento Conjunto nº 93/2020, tais como ISSQN (quando devido), INSS, FGTS, IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE e outros.

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

16) A serventia possui o Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa e sua escrituração obedece às normas prescritas no art. 92 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020, como por exemplo, se está escriturado na forma contábil, se possui o balanço mensal e o balanço anual etc?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

17) Em se tratando de serventia vaga, são enviadas à Corregedoria-Geral de Justiça, por meio eletrônico, até o dia 10 (dez) de cada mês, as informações relativas ao módulo "Receitas-Despesas", nos termos do art. 49 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020, bem como são arquivados os respectivos recibos? (Caso a serventia esteja provida, marcar opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

18) Em se tratando de serventia vaga, seu responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, mediante GRCTJ - Guia Excedente ao Teto Remuneratório dos Interinos, conforme os art. 45 e 48 do Provimento Conjunto nº 93/2020? (Caso a serventia esteja provida ou, mesmo estando vaga, não possuir renda líquida excedente ao teto remuneratório, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

19) O(a) Tabelião(ã) ou Oficial atualiza semestralmente, via internet, todos os dados no sistema " Justiça Aberta", até o dia 15 (quinze) dos meses de janeiro e julho (ou até o dia útil subsequente), mantendo atualizadas quaisquer alterações cadastrais, em até 10 (dez) dias após suas ocorrências, conforme disposto no art. 145 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

20) A serventia possui Livro de Controle de Depósito Prévio, em meio físico ou eletrônico, consoante o disposto no art. 92, inciso III, e art. 95, ambos do Provimento Conjunto nº 93/ 2020 ?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

21) É mantida em dia a escrituração do Livro de Depósito Prévio, sendo o saldo de depósito prévio informado na DAP/TFJ?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

22) O saldo do depósito prévio constante no Livro de Controle de Depósito Prévio e informado na DAP está disponível no caixa da serventia ou em conta bancária? (Obs: solicitar comprovação do saldo dos valores)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

23) É observado o disposto no art. 138 do Provimento Conjunto nº 93/2020, a fim de que a cobrança pelos atos de arquivamento seja feita apenas em relação aos documentos estritamente necessários à prática dos atos notariais e de registro e cujo arquivamento é expressamente exigido em lei ou ato normativo?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

24) Em caso de responsável interino, é observado o disposto no art. 67, §3º, do Provimento nº 149/CNJ/2023, que dispõe que a designação de substituto para responder interinamente pelo expediente não poderá recair sobre cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do antigo delegatário ou de magistrados do tribunal local? Para serventia regularmente provida, marcar a opção "Não se aplica".

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

25) Os funcionários da serventia são admitidos no regime da legislação trabalhista, conforme disposto no art. 20 da Lei nº 8.935/94, bem como são recolhidas e lançadas no Livro Diário Auxiliar as despesas trabalhistas com prepostos, incluídos FGTS, vale alimentação, vale transporte e quaisquer outros valores que lhes integrem a remuneração, além das contribuições previdenciárias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou ao órgão previdenciário estadual, de acordo com art. 99, inciso IX, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

26) O selo de fiscalização eletrônico é impresso/afixado nos documentos expedidos pela serventia, constando todos os dados expressos no §2º do art. 14 e modelos do anexo único da Portaria Conjunta nº 09/2012/TJMG/CGJ/ SEF-MG, inclusive com a imagem do QR Code em sua estampa?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

27) A teor do §4º do art. 144 do Provimento nº 149/CNJ/2023, a serventia mantém atualizada a indicação de oficiais de cumprimento junto à Corregedoria Nacional de Justiça, no Cadastro Nacional de Serventias. (obs: Em se tratando exclusivamente do Registro Civil de Pessoas Naturais, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo Observações"

C) Não se aplica

Observações

28) O(a) Tabelião(ã) ou Oficial comunica à Unidade de Inteligência Financeira - UIF, por intermédio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras - Siscoaf, quaisquer operações que, por seus elementos objetivos e subjetivos, possam ser consideradas suspeitas de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa, a teor dos arts. 142 e 143 do Provimento nº 149/CNJ/2023? (obs: Em se tratando exclusivamente do Registro Civil de Pessoas Naturais, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo Observações"

C) Não se aplica

Observações

29) A serventia obedece aos requisitos do sistema de plantão aos sábados, domingos e feriados, o qual será exercido no horário de 9 (nove) às 12 (doze) horas, e o oficial de registro plantonista afixa em local visível, na parte externa da serventia, número de telefone para contato entre às 13 (treze) e às 17 (dezessete) horas, a fim de prestar atendimento imediato em situações urgentes, consoante o disposto no caput e no § 2º do art. 67 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

30) A serventia encaminha as informações relacionadas aos nascimentos, casamentos e óbitos ao IBGE, dentro dos primeiros 8 (oito) dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, consoante disposto no art. 526, inciso II, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

31) A serventia envia as certidões de casamento e óbito de estrangeiros, bem como as certidões de nascimento de filhos de estrangeiros em situação irregular à Delegacia da Polícia Federal da circunscrição, mensalmente, consoante o disposto no art. 526, inciso III, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

32) São encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante o disposto no art. 526, inciso IV, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

33) São comunicados à Defensoria Pública, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, os nascimentos sem identificação de paternidade, nos termos art. 526, inciso V, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

34) São encaminhadas as informações relacionadas aos óbitos de cidadãos alistáveis, maiores de 16 anos que sejam brasileiros ou portugueses com igualdades de direitos, ocorridos no mês anterior, por meio do Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos - INFODIP , até o dia 15 (quinze) de cada mês, conforme art. 526, inciso VI, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

35) É observado o prazo de 01 (um) dia útil para remessa ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Receita Federal, pelo Sistema de Informações de Registro Civil - SIRC da relação dos nascimentos, dos natimortos, dos casamentos, dos óbitos, das averbações, das anotações e das retificações registradas, conforme disposto no artigo 527 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

36) Antes da lavratura de qualquer registro de nascimento, a serventia realiza consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo-DNV, conforme Recomendação n. 43/CNJ/2019?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

37) A serventia envia o relatório dos óbitos de pessoas do sexo masculino com idade entre 17 (dezessete) e 45 (quarenta e cinco) anos, falecidos no mês anterior, ao Ministério da Defesa - Junta de Alistamento Militar, mensalmente, por meio físico, consoante o disposto no artigo 526, inciso VII, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

38) A serventia envia o relatório dos óbitos à Administração Fazendária do Estado de Minas Gerais - AF, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, consoante o disposto no artigo 526, inciso VIII, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

39) É enviada ao DETRAN-MG mensalmente, a relação de registros de óbitos para fins de cancelamento da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, em cumprimento ao disposto no art. 526, inciso IX, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

40) A serventia envia as causas mortis dos óbitos às Secretarias Municipais de Saúde do Município onde o cartório esteja instalado, mensalmente, consoante o disposto no artigo 526, inciso X, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

41) A serventia envia os dados da criança e dos pais, bem como o endereço de onde ocorreu o nascimento, quando o nascimento aconteceu fora da maternidade ou estabelecimento hospitalar, sem a assistência de médico ou parteira e sem apresentação da DNV, até 5 (cinco) dias contados do registro, ao Ministério Público da comarca, consoante o disposto no artigo 526, inciso XIII, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

42) A serventia envia o assento de nascimento de indígena, em 5 (cinco) dias contados do registro, à Fundação Nacional do Índio - FUNAI, consoante o disposto no artigo 526, inciso XIV, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

43) São enviados os registros de óbitos lavrados no mês anterior à Secretaria de Segurança Pública da unidade da Federação que tenha emitido a cédula de identidade, em cumprimento ao disposto no artigo 526, inciso XV, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

44) São feitas as remissões recíprocas e comunicações dos registros ou averbações levados a efeito na serventia, no prazo de 5 (cinco) dias, inclusive pela Central Eletrônica de Registro Civil consoante o disposto no artigo 684 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

Obs. Solicitar que o Oficial apresente a tela da CRC comprovando que não há pendência de processamento das comunicações recebidas.

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

45) São relacionadas em protocolo as comunicações de casamento, óbito, dissolução e anulação de casamento, restabelecimento de sociedade conjugal, emancipação, interdição e ausência, enviadas a outras serventias para anotação nos registros primitivos, conforme o disposto no artigo 695 do Provimento Conjunto nº 93/2020, bem como são arquivadas, em meio físico ou eletrônico, as comunicações recebidas de outras serventias, consoante o disposto no artigo 696 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

46) Há na serventia sistema de controle, físico ou eletrônico, no qual serão lançados, pela ordem de entrada, os processos de habilitação para casamento, os requerimentos de retificação administrativa, os de registro de nascimento cujo nome tenha sido recusado pelo oficial de registro, bem como todos os pedidos relacionados a atos registrais que contiverem exigência ou não puderem ser praticados de imediato, consoante o disposto no artigo 513, § 3º, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

47) Os registros de nascimento contêm os requisitos constantes do artigo 544, do Provimento Conjunto nº 93/2020, observada a vedação de constar qualquer referência à natureza da filiação, à sua ordem em relação a outros irmãos do mesmo prenome, exceto gêmeos, ao lugar e cartório do casamento dos pais e ao estado civil destes, conforme disposto no artigo 5º, da Lei nº 8.560/1992, bem como são arquivados os documentos exigidos no artigo 540, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

48) É afixado selo fiscalização no requerimento dos contraentes com o qual se inicia o processo de habilitação para casamento, consoante o disposto no art. 15, inciso VII, alínea "a", da Portaria-Conjunta nº 09/2012/TJMG/CGJ/SEF-MG?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

49) As certidões que instruem os processos de habilitação de casamento são expedidas com a devida afixação dos selos de fiscalização, segundo o disposto no artigo 15, inciso VII, alínea "f", da Portaria-Conjunta nº 09/2012/TJMG/CGJ/SEF-MG?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

50) Após o reconhecimento judicial, o oficial de registro procede ao assento da conversão de união estável em casamento, do qual constará a data de início da união estável, no Livro "B ", mediante apresentação do respectivo mandado, conforme disposto no artigo 616, parágrafo único, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

51) Os editais de proclamas de casamento são publicados em meio eletrônico, conforme disposto no artigo 67, § 1º, da Lei nº 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

52) Os assentos de casamento contêm todos os requisitos constantes no art. 606 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

53) É feita na primeira certidão de casamento e às margens do assento no Livro B - Casamento e no Livro B Auxiliar - Casamento Religioso com efeito civil, de forma individualizada para cada espécie de ato, a cotação dos valores dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária e valor total relativos aos atos praticados previstos na Tabela 7 - Atos

do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e do Juiz de Paz, do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004? Na hipótese de o casamento não ser realizado, decorrido o prazo previsto artigo 599, §3º, do Provimento Conjunto nº 93/2020, o Oficial de Registro expede certidão de não realização do ato?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

54) Os assentos de óbitos contêm todos os requisitos constantes do artigo 626 do Provimento Conjunto nº 93/2020, com a indicação do selo de consulta e respectivo código de segurança à margem do ato, conforme disposto no art. 133 do Provimento Conjunto nº 93/2020, bem como são arquivados os documentos exigidos no artigo 625 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

55) É observada a nova redação do artigo 77 da Lei nº 6.015/1973, quanto à lavratura de assento de óbito, o qual poderá ser registrado no lugar do falecimento ou no lugar de residência do de cujus, quando o falecimento ocorrer em local diverso do seu domicílio?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

56) Encontram-se afixadas, nas dependências da serventia, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no artigo 512 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

57) É observada a isenção de pagamento de emolumentos pelas demais certidões do registro civil extraídas para os reconhecidamente pobres, nos termos do artigo 30, § 1º, da Lei nº 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

58) As certidões são emitidas seguindo os padrões dos modelos instituídos pelo Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 472 do Provimento nº 149/CNJ/2023, inclusive com indicação do CPF, que será incluído gratuitamente?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

59) O traslado de certidões de registro de nascimento emitidas no exterior, realizado no Livro E, segue os procedimentos definidos nos artigos 7º a 12 da Resolução CNJ nº 155/2012 "que dispõe sobre o traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior" ? (Se a serventia não for o 1º Subdistrito da Sede da Comarca, selecione a opção "Não se aplica").

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

60) O traslado de certidões de registro de casamento emitidas no exterior, realizado no Livro E, segue os procedimentos definidos nos artigos 7º a 12 da Resolução CNJ nº 155/2012 "que dispõe sobre o traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior" ? (Se a serventia não for o 1º Subdistrito da Sede da Comarca, selecione a opção "Não se aplica").

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

61) O traslado de certidões de registro de óbito emitidas no exterior, realizado no Livro E, segue os procedimentos definidos nos artigos 7º a 12 da Resolução CNJ nº 155/2012 "que dispõe sobre o traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior" ? (Se a serventia não for o 1º Subdistrito da Sede da Comarca, selecione a opção "Não se aplica").

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

62) Estão sendo observados os artigos 232 e seguintes do Provimento nº 149/CNJ/2023, que determina a inclusão, na Central de Informações do Registro Civil Nacional (CRC Nacional), dos dados referentes a nascimentos, casamentos, óbitos, natimortos e demais atos relativos ao estado civil lavrados, respectivamente, nos Livros A, B, B-Auxiliar, C, C-Auxiliar e E, com envio das informações de todos os atos lavrados desde 1935, cujo prazo para envio expirou em 16/12/2024?

Obs. Solicitar que o Oficial apresente a tela da CRC Nacional que comprove o envio de todos atos lavrados desde 1935, cujo prazo para envio expirou em 16/12/2024.

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

63) O Oficial, diariamente, acessa e atende às solicitações de expedição de certidões relacionadas aos registros de nascimento, casamento e óbito, recebidas na pela Central de Informações do Registro Civil Nacional - CRC Nacional, consoante disposto no artigo 240, do Provimento nº 149/CNJ/2023.

Obs. Solicitar que o Oficial apresente a tela da CRC Nacional que comprove o processamento de todos os pedidos recebidos.

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

64) A serventia está em dia com o recolhimento mensal das contribuições para o Fundo para Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro Civil das Pessoas Naturais - FIC/RCPN, nos termos do artigo 3º, § 2º, do Provimento nº 159/CNJ/2023, que "Institui o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos - FIC-ONSERP, o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro Civil das Pessoas Naturais - FIC-RCPN, e o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do

Registro de Títulos e Documentos e Civis das Pessoas Jurídicas - FIC-RTDPJ; dispõe sobre suas receitas; e dá outras providências"?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

65) A serventia recebe e processa as solicitações de registros por meio da Unidade Interligada, considerando a adesão ao Sistema Interligado de Registro Civil, possibilitando que o Registro Civil que está no estabelecimento de saúde, encaminhe por meio da Unidade Interligada, documentos para realização de registros, conforme disposto na Recomendação nº 13/CGJ/ 2014 c/c arts. 561 a 572 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

66) A serventia sempre respeita o direito de opção do declarante para realizar o registro do nascimento no cartório da circunscrição de residência dos pais, ainda que não integre o sistema interligado, nos termos do artigo 563 do Provimento Conjunto nº 93/2020, bem como arquiva o Termo de Opção que foi divulgado por meio do Aviso nº 55/CGJ/2020, no caso de ser uma serventia que implantou Unidade Interligada no estabelecimento de saúde? (Caso a serventia não seja responsável por Unidade Interligada em estabelecimento de saúde, marcar a opção "Não se aplica").

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

67) É encaminhada à Receita Federal a "Declaração sobre Operações Imobiliárias - DOI", até o último dia útil do mês subsequente ao da prática do ato, consoante o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 1.510/1976 c/c Instrução Normativa SRF nº 2186/2024?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

68) Mantém fichário de cartões de autógrafos para conferência no ato de reconhecimento de firmas por semelhança, sendo utilizado um selo de fiscalização no documento em que certificar a prática do ato, conforme estipulado no artigo 15, inciso I, alínea "o", da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 09/2012 e suas alterações, bem como é exigida a apresentação e o arquivamento do CPF e do original de documento de identificação oficial com foto que permita o efetivo reconhecimento do portador, consoante disposto no artigo 301 do Provimento Conjunto nº 93/ 2020 para confecção do cartão de autógrafo?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

69) A serventia, por ocasião da lavratura de escrituras e procurações com conteúdo econômico, procede à abertura de cartão de autógrafo para fins de cadastro dos envolvidos ou , se necessário, atualiza o cartão de autógrafo já existente, de acordo com art. 183, §3º, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

70) A serventia realiza consulta prévia à CNTV - CENTRAL NOTARIAL DE TRANSFERÊNCIA VEICULAR - CNB/MG para realização de reconhecimento de firma em autorização para transferência de veículos automotores, como dispõe o art. 18-A, § 3º, da Lei estadual nº 15.424/2004, conforme divulgado por meio do Ofício Circular n. 21/COFIR/2024, de 11 de março de 2024?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

71) Os atos de autenticação e de reconhecimento de firma estão sendo selados, obrigatoriamente, por meio da utilização de etiqueta adesiva de segurança, nos termos do artigo 14 da Portaria- Conjunta nº 09/2012/TJMG/CGJ/SEF-MG e suas alterações? No reconhecimento de firma, dentre os requisitos exigidos, tem sido indicada a sua espécie (por autenticidade ou por semelhança), conforme artigo 300, §§ 1º e 2º, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

72) A serventia encontra-se credenciada no E-notariado e presta o serviço de atos notariais eletrônicos, de acordo com o art. 284, Parágrafo único do Provimento nº 149/CNJ/2023?

A) Sim

B) Não

Observações

73) Há na serventia um único Livro de Notas para escrituras públicas em geral e outro Livro para Procurações, conforme dispõe o artigo 314, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

74) Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto nos artigos 187 a 190 do Provimento Conjunto nº 93/2020 (comprovante de pagamento do ITBI/ITCD, certidões fiscais, certidão de inteiro teor da matrícula etc)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

75) São mantidas em arquivo as procurações, documentos e certidões utilizadas na prática dos atos de seu ofício, de acordo com o artigo 189, inciso II, c/c artigo 191, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

76) No livro de folhas soltas, além de assinarem logo após o encerramento, os comparecentes assinam e rubricam as folhas ocupadas pelo ato, anteriores à última, inclusive o Oficial/Tabelião ou seu preposto, consoante o disposto nos artigos 180, IV e V e 319 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

77) Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias corridos de sua data, a escritura não assinada por todos, é declarada sem efeito, consoante o disposto no artigo 181, § 1º, do Provimento Conjunto nº 93/2020, bem como é recolhida a Taxa de Fiscalização Judiciária relativa à lavratura da escritura? (realizar consulta ao selo eletrônico utilizado na escritura para confirmação da utilização do selo)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

78) É observado, quando da utilização da corrigenda "em tempo", o disposto no artigo 316, parágrafo único, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

79) Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no art. 20, § 4º, da Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil, bem como nos arts. 265 a 287 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

80) Para a lavratura de testamento é observado o valor previsto na alínea "h", do item "4", da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, ou seja, metade dos valores finais ao usuário previstos na alínea "b" do número 4 desta tabela, considerando a soma de todos os bens objetos da disposição de vontade?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

81) É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

82) É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

83) Para a lavratura das escrituras públicas de inventário e partilha, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita de acordo com o artigo 10, § 3º, inciso XIII, da Lei estadual nº 15.424/2004 c/c a alínea "i.2", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da citada Lei, ou seja, pelo valor total dos bens móveis e semoventes e pelo valor de cada unidade imobiliária transmitidos, excluída a meação, independentemente do número de quinhões e herdeiros, sendo realizada a cobrança do

excesso de meação, quando houver, conforme Nota XVI da Tabela 1 e arquivamento de todos os documentos previstos nos artigos 187 e 225, do Provimento Conjunto nº 93/2020, com a devida cobrança e utilização do selo de fiscalização?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

84) Para a lavratura das escrituras públicas de separação e divórcio, sem bens a partilhar ou que as partes tenham bens a partilhar e for estabelecida apenas a meação, escrituras de pacto antenupcial, conversão de separação em divórcio e restabelecimento da sociedade conjugal, união estável e sua dissolução, declaratória unilateral de convivência ou de término de convivência para fins de comprovação de data, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita de acordo com o item 4, alínea "j", da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, bem como são arquivados todos os documentos previstos nos artigos 187, se for o caso, e 236, do Provimento Conjunto nº 93/2020, com a devida cobrança e utilização do selo de fiscalização?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

85) Para a lavratura das escrituras públicas de separação e divórcio, em que houver bens a partilhar e ocorrer excesso de meação a favor de uma das partes, caracterizando doação ou

compra e venda, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita de acordo com o item 4, alíneas "j" e "j.1", da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, bem como são arquivados todos os documentos previstos nos artigos 187, se for o caso, e 236, do Provimento Conjunto nº 93/2020 com a devida cobrança e utilização do selo de fiscalização?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

86) Para a lavratura das escrituras envolvendo usufruto (reserva, instituição, extinção etc.) a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita com conteúdo financeiro, tendo como parâmetro a terça parte (1/3) do valor do imóvel, de acordo com a Nota X da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, bem como é verificado o recolhimento do imposto incidente sobre o ato (ITBI ou ITCD)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

87) Para a lavratura das escrituras de aditamento, retificação e ratificação, bem como de alteração contratual sem conteúdo financeiro, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita segundo os valores previstos na alínea "c", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, ressalvado o

disposto no artigo 16, inciso III, da mesma lei, o qual veda a cobrança de emolumentos por ato retificador ou renovador em razão de erro imputável aos respectivos serviços notariais e de registro?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

88) Para a lavratura das escrituras declaratórias a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita sem conteúdo financeiro, segundo os valores previstos na alínea "a", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424 /2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

89) É observado o disposto no artigo 1.793, §2º, do Código Civil c/c o artigo 193 do Provimento Conjunto nº 93/2020, em relação às escrituras públicas de cessão de direitos hereditários, que não devem recair sobre qualquer bem da herança certo e determinado, considerado singularmente, salvo o disposto no artigo 193, §1º, do citado Provimento?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

90) Para a lavratura das escrituras de cessão de direitos hereditários realizadas por mais de um cedente os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados em separado, considerando-se como parâmetro o valor de cada negócio jurídico realizado por cada cedente, nos termos do artigo 10, §3º, inciso I, da Lei estadual nº 15.424/2004 c/c Nota XVII, da Tabela 1, do Anexo da mesma lei?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

91) Nos atos praticados por pessoa que não souber ou não puder assinar, é devidamente qualificado o assinante a rogo, conforme dispõe o artigo 183, II, c/c seus §§ 1º, 2º e 3º, do Provimento Conjunto nº 93/2020, sendo o assinante a rogo pessoa não integrante da estrutura da serventia?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

92) Para a lavratura das escrituras declaratórias de união estável são arquivados todos os documentos previstos no artigo 258, bem como observadas as disposições contidas nos artigos 255 e seguintes, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

93) Para a lavratura das escrituras envolvendo bens imóveis, as partes envolvidas são cientificadas da possibilidade de obtenção prévia da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, da Recomendação nº 3/2012, da Corregedoria Nacional de Justiça?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

94) A lavratura de ata notarial para atestar o tempo de posse do requerente e de seus antecessores, conforme o caso e suas circunstâncias, para fins de reconhecimento de usucapião atende aos requisitos elencados no §3º do artigo 264 do Provimento Conjunto nº 93/2020, bem como aos requisitos do Provimento do CNJ nº 65/2017, revogado pelo Provimento do CNJ nº 149/2023, especialmente no que tange à observância pelo Tabelião, da circunscrição territorial para o qual recebeu a delegação?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

95) A cobrança de emolumentos e o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária pela lavratura de ata notarial é feita segundo os valores previstos no item 2, (ata notarial e ata notarial para fins de usucapião), da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004?

- A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"
- B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"
- C) Não se aplica

Observações

96) Para a lavratura das escrituras públicas de revogação de mandato a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita sem conteúdo financeiro, segundo os valores previstos na alínea "a", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004?

- A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"
- B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"
- C) Não se aplica

Observações

97) O Tabelião observa a "Nota III" da "Tabela 1" do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, na lavratura de escrituras públicas envolvendo mais de uma unidade imobiliária?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

98) O Tabelião consulta a base de dados da CNIB (Central Nacional de Indisponibilidade de Bens) antes da prática de ato que tenha por objeto bens imóveis ou direitos a eles relativos, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado "hash", dispensado o arquivamento do resultado da pesquisa em meio físico ou digital, consoante o disposto no artigo 187, §6º do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

99) Para a lavratura das procurações para fins de previdência e assistência social os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados segundo os valores previstos na alínea "f.2", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, ressalvadas as procurações para fins exclusivos de recebimento de

benefícios previdenciários ou assistenciais administrados pelo INSS, que são isentas do pagamento das custas e dos emolumentos, nos termos do art. 295, § 2º, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

100) A cobrança de emolumentos e o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária pela lavratura de procuração relativa à situação jurídica com conteúdo financeiro é feita considerando o conceito de conteúdo financeiro segundo disposto no artigo 297, do Provimento Conjunto nº 93/2020 e na Nota I da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

101) O(a) Tabelião(ã) encaminha as informações periódicas à Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados - CENSEC, referentes aos módulos da CESDI, CEP e RCTO, consoante disposto nos arts. 265 e 266 do Provimento n. 149/CNJ/2023? (Obs: Solicitar que o responsável pela serventia apresente a tela de pendências de envio das informações mensais, disponibilizada pela CENSEC.

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

102) O(a) Tabelião(ã) informa, através da plataforma mantida pelo Colégio Notarial do Brasil-CNB/CF, até o último dia útil do mês subsequente à prática dos atos, todas as mudanças na titularidade de imóveis realizadas no período, a fim de permitir a atualização cadastral dos contribuintes das Fazendas Municipais, a teor do artigo 184-A do Provimento nº 149/CNJ/2023, bem como enviou, até 5 de janeiro de 2025, os dados referentes aos últimos 10 (dez) anos, contatos a partir de 05 de julho de 2024, a teor do art. 2º do Provimento nº 174/CNJ/2024?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações _____

103) Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição ordinária geral realizada no ano anterior?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

Listar as medidas saneadoras adotadas

OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS:

1) Aqui devem ser mencionadas outras observações e/ou recomendações que não se encaixem nos itens específicos.

2) Caso o campo "Observações", em cada item, seja insuficiente, deverá ser utilizada outra folha.

4) Fica estabelecido o prazo de _____ dias para cumprimento das recomendações constantes deste Relatório, devendo o Auxiliar de Fiscalização adotar as providências a seu cargo e informar a respeito ao MM. Juiz de Direito, até o término do prazo determinado.